

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPESTRE

Página 1 de 1

SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E TURISMO - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E TURISMO

13/06/2022 09:43

Solicitação de compra

Chave: 565091423543421

Data: 13/06/2022 00:00

Material	Quant. Un.	Valor Un.	Valor Total
SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO TURISMO	1 SERVIÇO	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00

Total: R\$ 14.000,00

Observações: Necessidade de contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Turismo, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento do Turismo Regional, 2ª fase, conforme anexo. O pagamento do serviço será efetuado em 10 parcelas.

Responsável pela Secretaria

Responsável do Estoque

Elizandra Damin (Usuário)

Gunter L. L. da Silva
Gunter L. L. da Silva
Secretário Municipal de
Educação, Cultura, Desporto
e Turismo
Portaria nº 34/18

Projeto de Desenvolvimento do Turismo Regional



1

Desenvolvimento Regional via Turismo Rota Águas e Pedras

FASE 1

Análise, estruturação e
construção de projetos

Assessoria para pesquisa de mercado

Definição de posicionamento

Elaboração projetos estratégicos



FASE 2

Sustentação dos projetos

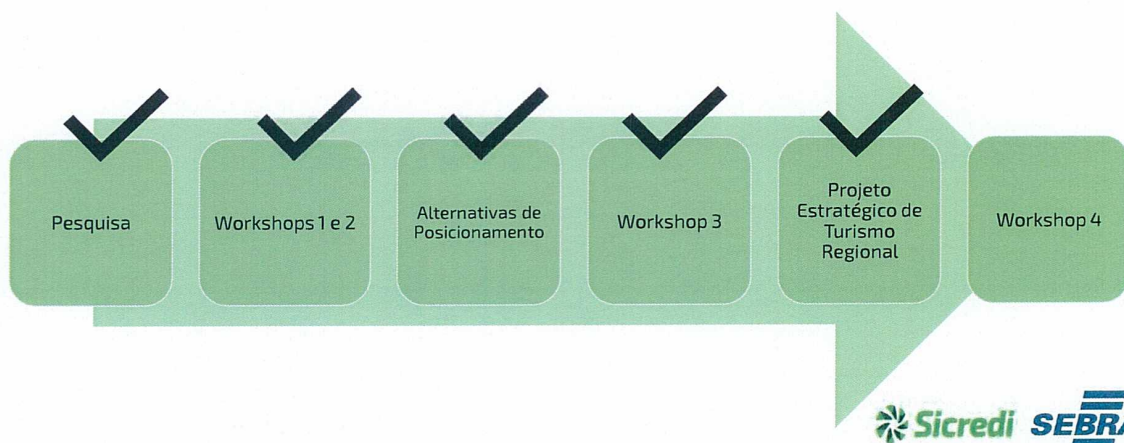
Elaboração de Planos Municipais de Turismo

Fortalecimento da governança regional



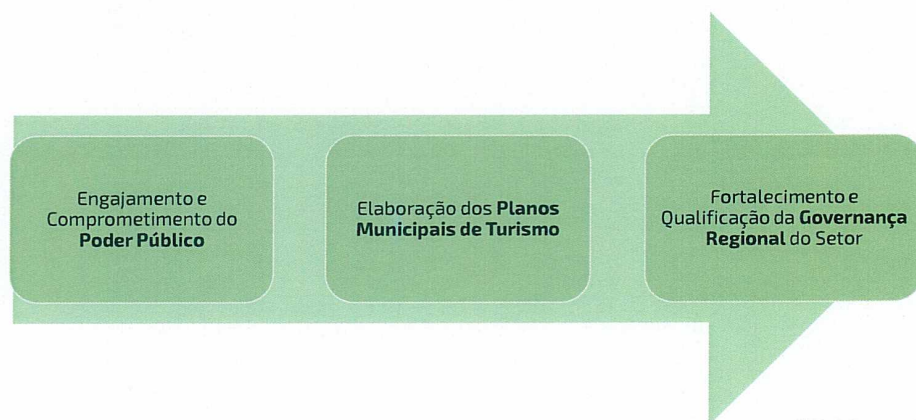
2

FASE 1 - Etapas do Trabalho

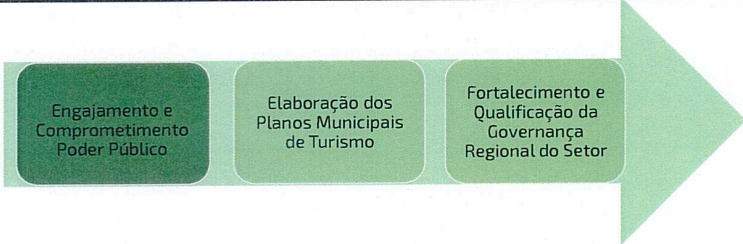


3

FASE 2 | Etapas do Projeto



4





Objetivo:

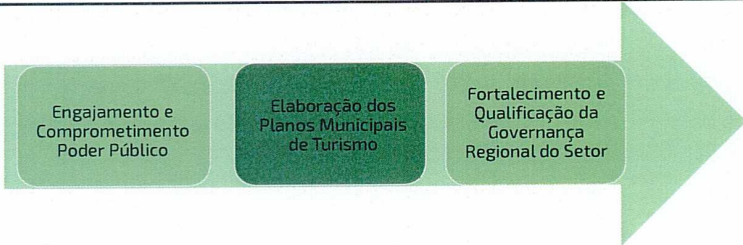
Comprometimento do poder público para apoiar e implantar as recomendações do Radar e dos Projeto Estratégico.

Ações:

- Apresentar e retomar o resultado do Radar Turístico (por município) através de agendas individuais com Prefeitos e secretários de turismo.
- Participação no Fórum Gramado de Estudos Turísticos (17 e 18 de agosto).
- Visitas técnicas de benchmarking (Gramado/RS e Bento Gonçalves/RS).

5





Objetivo:

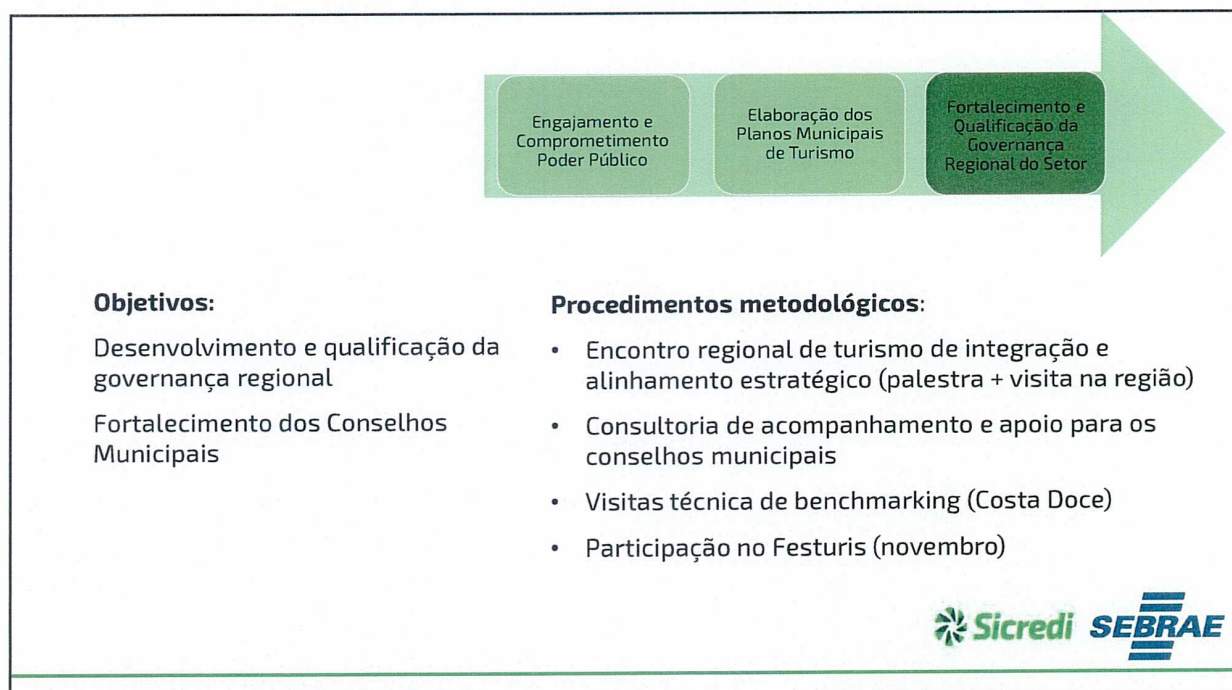
Construção das políticas públicas de turismo e de desenvolvimento, a partir do Projeto Estratégico da Região.

Procedimentos metodológicos:

- Realização de palestra no município para alinhamento dos participantes
- Workshop de construção do plano
- Elaboração do Planos Municipais

6



7

FASE 2 | Sustentação dos Projetos

Cronograma e Investimentos

6 meses de execução

R\$ 426.132,00

Sicredi - R\$92.566,00

Sebrae - R\$92.566,00

Municípios - R\$241.000,00

Plano Municipal de Turismo para Municípios entre 5 e 10 mil habitantes = R\$14.000,00

 **Sicredi** 

8

Desenvolvimento Regional via Turismo Rota Águas e Pedras

FASE 1 Análise, estruturação e construção de projetos	6 meses de execução	Sicredi - R\$ 216.240,00
	R\$ 360.400,00	Sebrae - R\$ 144.160,00
FASE 2 Sustentação dos projetos	6 meses de execução	Sicredi - R\$ 92.566,00
	R\$ 426.132,00	Sebrae - R\$ 92.566,00
		Municípios - R\$241.000,00
Total FASE 1 e FASE = R\$ 786.532,00		





DOCUMENTO REFERÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

1. APRESENTAÇÃO

O SEBRAE RS tem investido seus esforços no sentido de desenvolver o turismo em nosso estado.

Entendendo a importância da demanda dos gestores, dada à exigência do Ministério do Turismo de que os municípios devem ter, para poderem pleitear recursos, a estrutura administrativa (Secretaria de Turismo, com recursos - podendo ser compartilhada com outras pastas); fazer parte de uma região turística, com governança ativa; ter um Conselho Municipal de Turismo ativo, e com atas comprovando, e, finalmente, ter um Plano Municipal de Turismo, o Sebrae RS está disponibilizando consultoria para a realização dos mesmos.

Contamos com o apoio das Entidades, Secretarias de Turismo e/ou das Instâncias de Governança Regionais, para que seja possível viabilizar a plena execução dessa ação, e para que tenhamos mais este avanço no turismo.

2. ATIVIDADES

Para a realização da Oficina de Planejamento (, nos municípios contemplados, é de extrema importância que os agentes locais tenham, previamente, entregue todos os documentos solicitados (vide final do documento).

2.1. Identificação do Território

Com base no que será disponibilizado, organizado e apresentado pelo município.



2.2. Palestra – 2h

Palestra 'Inovação e Criatividade no Turismo' – anterior à oficina de planejamento, com o objetivo de sensibilizar e motivar os participantes

2.3. Conteúdo da Oficina de Planejamento – 8h presencial (se for virtual, dividida em 4 módulos de 2 horas cada)

2.3.1. Sensibilização dos participantes

- Proposta da Oficina

2.3.2. Integração dos participantes

- Apresentação sobre a metodologia
- Que turismo queremos? Qual o perfil do turista (demanda efetiva e desejada)?

2.3.3. Atividades

- Formação dos 5 Grupos de Trabalho
- Análise Swot (Matriz FOFA)
- Apresentação dos Grupos
- Missão, Visão de Futuro e Posicionamento - Apresentação
- Grupos por temáticas – Plano de Ações (entregar cópia do Plano Anterior, se houver)
- Apresentação dos Grupos

2.3.4. Fechamento: Conclusões e Encaminhamentos

3. RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS

3.1. Comtur e Secretaria Municipal de Turismo

- Articular a realização do trabalho, apresentando a consultora, informando sobre a metodologia e os objetivos da Oficina de Planejamento;



- Compor a agenda de realização das Oficinas;
- Disponibilizar técnicos capacitados de seu quadro funcional para acompanhar o trabalho, quando necessário;
- Acompanhar o desenvolvimento das ações;
- Convidar via e-mail, e confirmar pelo telefone ou pessoalmente, os participantes da Oficina, sendo (minimamente):
 - Representantes do poder público – executivo e legislativo;
 - Representantes da Instância de Governança Regional;
 - Representantes de Instituições de Ensino;
 - Representantes do *Trade* Turístico (empreendedores e trabalhadores);
 - Representantes de outras entidades/órgãos;
 - Integrantes do Comtur;
 - Imprensa.
- O município se compromete em subsidiar as discussões com dados, informações, diagnósticos ou planos anteriores, devendo enviar os dados imediatamente após a formalização do programa.
- Informar aos parceiros e a sociedade sobre os resultados e andamento das ações.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES A SEREM ENVIADAS PREVIAMENTE

- Depoimento do/a Presidente da Entidade (Comtur), do/a Prefeito/a e do/a Secretário/a Municipal de Turismo, com relação ao momento do turismo no município e a expectativa com o Plano;
- Enviar o brasão do município, bem como a marca do destino turístico, se tiver;
- Enviar o histórico do município;
- Foto (ou 6 fotos) que represente o Município para a capa do Plano;



- Site e link de páginas no Facebook e Instagram sobre o Município e, se houver, especificamente sobre o turismo, bem como vídeos de promoção e demais materiais de divulgação e marketing;
- Calendário de Eventos do município;
- Estrutura da Secretaria de Turismo;
- Atrativos Turísticos: descrever e informar endereço, horário e dias de funcionamento, bem como fotos atrativas se houver
- Estrutura Turística: meios de hospedagem e alimentação (com horários e dias de funcionamento) ATUALIZAR
- Também responder:

Qual a estrutura jurídico-administrativa-financeira da Secretaria de Turismo (Onde está instalada? Quantas pastas representa? Está constituída? Tem orçamento próprio? Quanto?)

Qual a equipe da Secretaria de Turismo (número de funcionários e qualificação/formação)?

Há Comtur implantado? Qual a Lei? Qual a nominata? Agenda de reuniões?

Há Fundo Municipal de Turismo? Está ativo? Qual o orçamento?

Acrescentar outras informações, que considerar pertinente, sobre o turismo do município.

Completar a tabela abaixo:

DADOS DEMOGRÁFICOS
População total de xxxxx habitantes (IBGE- 20xx)
Orçamento do Município para 2020: R\$ xxxxx
PIB per capita R\$ xxxx (20xx)
IDMH: 0,xx (20xx)
Pelo Censo de 20xx conta, ao todo, com xxxx domicílios. Destes xxxx compõem o núcleo urbano.
Gentílico: xxxx



ÁREA DO MUNICÍPIO

Área do município: xxxx KM²;
Acessos:
Bairros: xx
Distância da Capital (POA): xxx Km

LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Unidade federativa: Rio Grande do Sul – RS
Mesorregião: xxxxx
Microrregião: xxxx
Latitude: Sul - xxxx S
Longitude: West Greenwich - xxxx W
Altitude: xxxx m
Clima: xxxx
– temperatura média de xx°C e pluviosidade média anual de xxxx mm (20xxx)
Temperatura: no verão chega a xx°C; no inverno pode chegar a xxx°C

FRASE QUE IDENTIFICA O MUNICÍPIO

4. CONTATOS

Ivane Fávero

Consultora

E-mail: ivanefa@gmail.com



Telefones: 54.999097466

Para saber mais acesse: www.ivanefavero.com.br

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/RS

Seguem algumas informações para o parceiro.

Os municípios podem fundamentar a contratação do SEBRAE/RS por dispensa de licitação no artigo 24, inciso XIII da Lei 8666/93, abaixo transcrito:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

...

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)"

Seguem algumas informações sobre o SEBRAE/RS que podem auxiliar na elaboração de parecer jurídico para a contratação:

O SEBRAE foi criado pelas Leis 8029/90 e 8154/90, as quais foram regulamentadas pelo Decreto 99570/90.

A entidade foi criada sob a forma de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, tendo sido descentralizado da Administração Pública visando obter maior agilidade para cumprir a sua missão institucional de apoio e fomento às micro e pequenas empresas. Trata-se, portanto, de instituição sem fins lucrativos que possui missão institucional e legal de apoio às micro e pequenas empresas comerciais, industriais, de serviços e agrícolas, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos.

O artigo 5º do Estatuto Social do SEBRAE/RS define seu campo de atuação:

"Art. 5º - O SEBRAE/RS, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial, da assistência social e da educação, mediante a execução de ações condizentes:"

(...)

O artigo 9º da Lei 8154/90 também delimita o campo de trabalho do SEBRAE, in verbis:

Art. 9º. Compete ao serviço social autônomo a que se refere o artigo anterior planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica.

Parágrafo único. Para a execução das atividades de que trata este artigo poderão ser criados serviços de apoio às micro e pequenas empresas nos Estados e no Distrito Federal.

É o SEBRAE, portanto, um ente paraestatal, desvinculado da Administração Pública Federal, que viceja ao lado do Estado prestando serviço de utilidade pública.

Todas as ações e contratações do SEBRAE visam o cumprimento de sua missão institucional e estão reguladas pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE – RLCSS.

O SEBRAE não é ente público, sociedade de economia mista, fundação pública ou outra espécie de pessoa jurídica que se enquadre na Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

O SEBRAE/RS está sujeito ao controle do Tribunal de Contas da União por força do disposto no artigo 70, § única da Carta da República de 1988, abaixo transcrito:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.